

Anexo I

PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1. Título:

AFRICANOS E CRIoulos NO PARANÁ OITOCENTISTA.

Uma análise sobre as sociedades escravistas de Palmas, Palmeira e Morretes

1.2. Grande Área do Conhecimento:

- 1. Exatas e da Terra
- 2. Biológicas
- 3. Engenharias
- 4. Saúde
- 5. Agrárias
- 6. Sociais Aplicadas
- 7. Humanas
- 8. Linguística, Letras e Artes
- 9. Outros

1.3. Área do Conhecimento:

Nome: HISTÓRIA

Código: 7.05.00.00-2

1.4. Sub-Área do Conhecimento:

Nome: HISTÓRIA DO BRASIL

Código: 7.05.05.00-4

1.5. Programa em que está se candidatando:

PIBIC PIBIC/FA PIBIC/CNPq PIBIC-Jr

1.6. Este projeto necessita de avaliação pelo CEP ou CEUA?

Sim Não

1.7. Este projeto foi submetido ao CEP ou CEUA?

Sim Não

1.8. Este projeto foi aprovado pelo CEP ou CEUA?

Sim Não

1.9. Este projeto desenvolverá

() Pesquisa básica (X) Pesquisa aplicada

2. INTEGRANTES DA PROPOSTA

2.1. Coordenador

Nome: SILVIO ADRIANO WEBER

Nº Siape: 1099687

CPF: 024.277.829-12

Campus Avançado Coronel Vivida

Formação (Graduação): Licenciatura e Bacharelado em História

Titulação (Pós-graduação): Mestre em História

Carga horária dedicada ao Projeto: 16 horas

E-mail: silvio.weber@ifpr.edu.br

Telefone: (46) 3232-2960

2.2. Vice-Coordenador

Nome: Lucas Colferai

Nº Siape: 2277729

CPF: 022.678.589-08

Campus Avançado Coronel Vivida

Formação (Graduação): Bacharel em Informática

Titulação (Pós-graduação): Especialista em Desenvolvimento para Ambiente Internet

Carga horária dedicada ao Projeto: 2 horas

E-mail: lucas.colferai@ifpr.edu.br

Telefone: (46) 3232-2960

2.3. Colaboradores

2.3.1. Colaboradores Docentes ou Técnico Administrativos/ Titulação/Instituição, Departamento ou *Campus*

2.3.2. Colaboradores Discentes/Curso/Modalidade de Bolsa

Um ou dois alunos/Curso Ensino Médio Integrado Técnico em Administração/PIBIC-Jr

3. SOLICITA RENOVAÇÃO DO PROJETO APROVADO EM EDITAL ANTERIOR DO MESMO PROGRAMA?

() SIM (X) NÃO

- 3.1. Justificativa da renovação da proposta:
- 3.2. Descrever detalhadamente os resultados obtidos:
- 3.3. Discussão dos resultados:
- 3.4. Descrever detalhadamente as novas etapas da pesquisa em relação à proposta inicial:

4. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Resumo do Projeto:

O presente projeto busca atender parte das demandas da Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afrobrasileira no contexto do ensino básico. Pretendemos discutir através das fontes primárias a presença africana e crioula no Paraná. Há muitas fontes que se referem à presença dos africanos e crioulos no processo de colonização e desenvolvimento deste estado. Através do método da história demográfica, desenvolvido principalmente na França, na década de 1960, pelo historiador Louis Henry, nossa intenção fundamental é abordar a presença africana e crioula no Paraná através da exploração das fontes paroquiais, inserindo-as em um grande banco de dados em planilha do *Microsoft Excel*¹. Vamos mesclar história e informática. A história da presença africana e crioula no Paraná é o objeto fundamental deste projeto, a informática o meio de tratamento das fontes.

Desde o Concílio de Trento, no século XVI, todas as paróquias do mundo católico passaram a registrar, “religiosamente”, os nascimentos, casamentos e óbitos da população. No Brasil estes registros foram feitos pelas paróquias ao longo de todo o período colonial e imperial até o advento da República (1889), quando passou a ser uma função cartorial. É através destes registros paroquiais que objetivamos detectar a presença de africanos e crioulos no contexto do Paraná Oitocentista. A análise não é meramente quantitativa, pois o banco de dados pode projetar argumentos para uma história da família, da nupcialidade, da morbidade, do compadrio, das irmandades, da cor social, etc. Temas bastante caros quando se trata da História do Brasil, e de extrema relevância para uma história do Paraná que, num discurso positivista e tradicional, criou o mito de um Paraná essencialmente europeu, obscurecendo a memória de uma presença africana, crioula e indígena tão importante quanto a colonização europeia do pós-abolição.

Em primeiro lugar vamos buscar as fontes paroquiais da cidade de Palmeira diretamente no site *Family Search*, lá constam 138.743 fotografias de fontes paroquiais referentes ao Paraná (segue o link completo nesta nota de rodapé)². As fontes paroquiais da cidade de Morretes já estão devidamente fotografadas em acervo particular. Por fim, as fontes da Paróquia de Palmas podem ser fotografadas na

¹ NADALIN, Sergio Odilon. História e Demografia. Elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004. pp. 69-124.

² In: <https://familysearch.org/search/image/index#uri=https://familysearch.org/recapi/sord/collection/2177282/waypoints>; Consultado em 25 de out/2016.

Cúria desta cidade, e já temos a permissão para realizar este trabalho em contato realizado com o bispado local.

O trabalho discente nesta pesquisa envolve quatro etapas: primeiro a análise das fontes primárias principalmente à partir do site *Family Search* e da pesquisa de campo; na segunda etapa a transcrição das mesmas em uma planilha do *Microsoft Excel*; em terceiro lugar a seleção das informações do banco de dados; por fim, problematizar as informações através de textos, comunicações e oficinas em conjunto com uma bibliografia pertinente. Em suma, nosso projeto prevê a capacitação do discente na área da informática básica e também no método científico de escrever História, conforme modelo da Escola dos *Annales*.

4.2. Palavras – chave:

Africanos; Crioulos; Demografia; Escravidão; Paraná.

4.3. Fundamentação da Proposta:

Contextualização

A Universidade Emory (Geórgia – EUA), através de uma equipe técnica organizada pelos historiadores David Eltis e Martin Halbert, tem alimentado um grande banco de dados sobre o tráfico de escravos africanos no Atlântico. Segundo estes registros desembarcaram em portos brasileiros quase cinco milhões de cativos africanos entre os séculos XVI e XIX.

TABELA 1 - AFRICANOS DESEMBARCADOS NO BRASIL COMO ESCRAVOS (1500-1900)

	Amazônia	Bahia	Pernambuco	Sudeste do Brasil	Área não especificada	Totais
1501-1600	0	5.647	18.571	4.770	287	29275
1601-1700	1.096	313.473	246.522	221.083	2.282	784.456
1701-1800	71.738	815.904	329.336	756.561	15.480	1.989.019
1801-1900	69.397	415.331	259.404	1.281.500	35.992	2.061.624
Totais	142231	1.550.355	853.833	2.263.914	54.041	4.864.374

FONTE: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. In: <http://slavevoyages.org/assessment/estimates>
Consultado em 14/01/2016

O Sudeste do Brasil foi o maior importador de escravos africanos, não sem motivo, no século XVIII a exploração aurífera na região das Minas Gerais provocou uma forte demanda pela mão-de-obra africana. No século XIX, por sua vez, a expansão da atividade cafeeira nas províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, aliado às pressões britânicas pelo fim do tráfico negreiro, provocou a migração forçada de

cerca de dois milhões de africanos.

No Paraná o desenvolvimento dos pequenos núcleos de povoamento, envolvidos com as atividades da agricultura e da pecuária, provocou as primeiras demandas por escravos africanos e crioulos ao longo dos séculos XVIII e XIX. Claro que desde o princípio havia a exploração da mão-de-obra indígena, todavia é difícil quantificar pela escassez de fontes. Mas até o século XIX, em terras paranaenses, foi comum a redução de índios ao *status* de “administrado”. Segundo a historiadora Cacilda Machado o termo “administrado” remete a um “[...] arranjo institucional que permitiu a manutenção e a reprodução de relações escravistas, a despeito da resistência indígena e da legislação contrária ao trabalho forçado dos povos nativos”³. Logo, subtraindo a escravidão indígena, ainda não devidamente quantificada, os escravos africanos e crioulos representavam em torno de 20% da população do Paraná entre 1798 e 1830, vide a tabela abaixo:⁴

TABELA 2 - POPULAÇÃO ESCRAVA NO PARANÁ (1798-1830) - NÚMERO, % DA POPULAÇÃO TOTAL

LOCALIDADE	1798		1804 (a)		1810 (b)		1816		1824 (c)		1830	
	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%
LITORAL	1.932	22,6	2.109	21,5	2.041	21	1.963	18,5	2.375	19,7	2.488	19,8
Antonina	908	27,1	913	23,7	828	22,3	784	19,1	940	21,2	995	20,6
Guaratuba	42	12,2	46	8,2	85	14,5	100	13,3	154	14,9	155	15,3
Paranaguá	982	20,3	1.150	21,4	1.128	20,9	1.079	18,7	1.281	19,5	1.338	19,9
PLANALTO	2.341	18,8	2.968	17,9	3.094	17,3	3.047	17,1	3.480	16,7	3.772	15,6
Castro	746	22,3	1.045	21,4	1.099	21,8	1.116	23,9	1.022	27	1.150	26,9
Curitiba	1.180	18,2	1.447	18,4	1.405	17	809	13,2	974	12	1.043	10,7
Lapa	196	16,7	257	13,1	323	13,3	402	15	443	14,5	477	12,9
Palmeira							485	23,5	416	28,5	399	31
Ponta Grossa									329	19,8	373	19,1
São José dos Pinhais	219	15	219	11,9	267	12,4	235	10,1	296	10,8	330	10,2
PARANÁ	4.273	20,3	5.077	19,3	5.135	18,6	5.010	17,6	5.855	17,8	6.260	17,1

Notas: (a) Os dados, para Paranaguá, referem-se a 1803; (b) os dados, para Antonina, referem-se a 1809; (c) os dados, para Antonina, referem-se a 1825.

Obs.: Palmeira e Ponta Grossa foram elevadas à categoria de freguesia nos anos precedentes a 1816 e 1824, respectivamente. Com anterioridade a essa datas, a população de Palmeira aparece vinculada à de Curitiba, e a de Ponta Grossa à de Castro.

FONTE: I. N. Costa e H. Gutiérrez, Paraná: Mapas de Habitantes (1798-1830), São Paulo, IPE, 1985.

O padrão escravista do Paraná, portanto, era análogo as demais localidades do Brasil, inclusive se

³ MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. Topoi, v. 9, n. 17, jul.-dez. 2008, p. 49.

⁴ GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e Africanos no Paraná. Revista Brasileira de História, v. 8, n. 16, mar.-ago. 1988, p. 164.

comparado a áreas onde o contingente de escravos era muito superior como é o caso do Sudeste e do Nordeste. Quero dizer que, em números absolutos, no Paraná havia uma quantidade muito menor de escravos se comparado a regiões como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro ou Bahia. Por outro lado, a porcentagem de escravos em relação à totalidade da população do Paraná girava em torno de 20%, muito semelhante ao resto do país. Some-se a isso o fato de que o número de pessoas não-brancas livres era bastante expressivo. À título de exemplo, na Vila de Morretes, litoral do Paraná, no ano de 1836 havia 2419 habitantes, 41,1% destes habitantes foram identificados no censo como pardos e 19,5% como negros⁵. Em 1827, na vila de São José dos Pinhais, próxima de Curitiba e demograficamente semelhante à Morretes, somente entre os livres 49,2% foram identificados como pardos, 1,4% identificadas como negros. Temos nestas duas localidades, portanto, uma população majoritariamente não-branca⁶.

É preciso ter em mente que o termo pardo pode ter sentidos diferentes, conforme o tempo e o lugar. Trata-se, acima de tudo, de uma variante de cunho político e social. No Paraná geralmente o termo pardo, quando usado para designar a cor dos escravos, se refere ao cativo nascido na região, e o termo negro era a designação dada ao cativo originado em localidades externas⁷. Quando o termo pardo era utilizado para designar pessoas livres, se tratava de pessoas de cor que possuíam um *status* ligeiramente “melhor” que aquelas designadas como negras. Tanto a designação pardo como as designações mulato, negro, crioulo, cabra, fulo, até mesmo os termos branco ou claro, devem ser compreendidos à luz de cada contexto, mas podemos dizer que até o século XIX eram classificações raciais que se referiam muito mais a uma condição social do que explicitamente à cor da pele. Para uma história do Paraná podemos nos referir aos pardos e aos negros como um conjunto da população formado por pessoas não-brancas, em termos mais consagrados, eram pessoas de cor. É admissível, portanto, afirmar que o Paraná é historicamente uma região tão afro, mestiça e escravista quanto o resto do Brasil.

A atual cidade de Palmeira (PR) faz parte do que hoje denominamos de Microrregião de Ponta Grossa (PR), historicamente conhecida como Campos Gerais. Numa consulta rápida às fontes da Paróquia de Palmeira, Nossa Senhora da Conceição, através do supracitado site *Family Search*, percebemos a partir

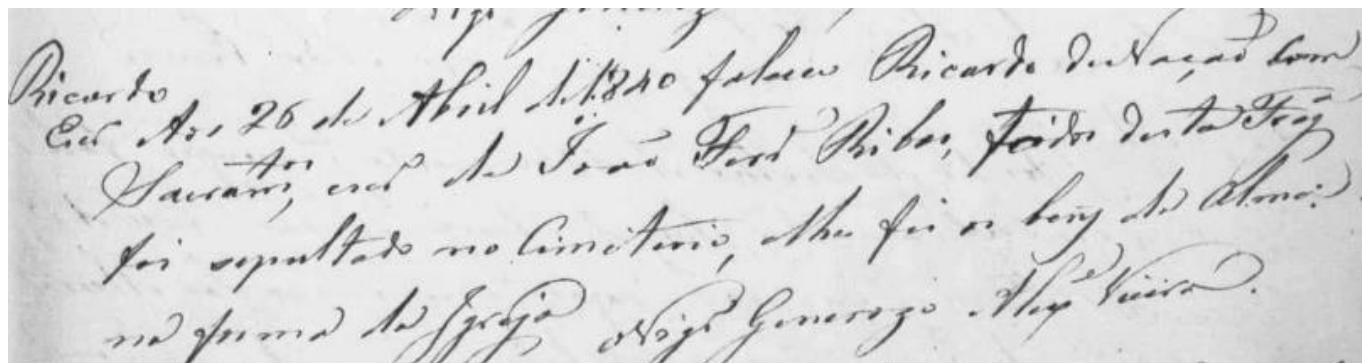
⁵ WEBER, S. A. Além do cativo: a congregação de escravos e senhores na Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes (século XIX). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2009, p. 55.

Obs.: os números apontados foram extraídos da Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Morretes que está arquivada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, é disponibilizada no Arquivo Público do Paraná em forma de microfilme registrado no subsistema JMF, filme n. 1223, microfilme 225, referência 1835.

⁶ MACHADO, Cacilda. Sobre a cor dos escravos e dos pobres livres da Freguesia de São José dos Pinhais (do século XVIII para o XIX). Anpuh RJ: Anais do XII Encontro Regional de História. Rio de Janeiro: 2006. p. 2. In: <http://www.rj.anpuh.org/>. Consultado em 20/01/2016.

⁷ Esta situação foi explorada brevemente por Silvio Adriano Weber na dissertação supracitada na nota 4, e por Cacilda Machado no texto supracitado na nota 5. Também consta esta discussão na tese da historiadora Cacilda Machado, publicada em forma de livro no ano de 2008, “A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista”. Uma discussão mais específica e de maior fôlego pode ser observada na tese de Larissa Viana, publicada em forma de livro em 2007, “O idioma da mestiçagem: as irmandes de pardos na América Portuguesa”.

de 1830 uma incidência de escravos africanos e crioulos nesta região que pretendemos pesquisar. Segue abaixo, um exemplo:



**Óbito do escravo africano Ricardo. 26/04/1840. Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Palmeira (PR).
Abaixo, na nota de rodapé, link completo para consultar a fonte original.⁸**

Este é um exemplo do que denominamos “fonte paroquial”, no caso, um óbito registrado em 1840 na região de Palmeira (PR). Para facilitar, vamos fazer a transcrição deste documento respeitando a grafia original, inclusive as abreviações:

*Aos 26 de Abril de 1840 faleceu Ricardo de Nação, com Sacramentos, escr° de João Ferre. Ribas, todos desta Fregª foi sepultado no Cemiterio, lhe foi os bens da Alma na forma da Igreja.
Vigrº Generozo Alex. Vieira*

Ricardo era um escravo “de Nação”, ou seja, era um africano. Certamente este não era o nome que recebeu quando nasceu em África, porém foi mais um homem, entre cerca de cinco milhões de africanos, que foi reduzido ao cativo em terras brasileiras e que sequer teve a sua primeira identidade respeitada. Logo que desembarcou foi batizado e recebeu um novo nome, um nome cristão à escolha de seu proprietário. Mas não queremos por ora discutir o método desta pesquisa ou antecipar reflexões, apenas justificar que o contexto escravista de Palmeira (PR) é digno de ser pesquisado, pois como é possível observar na supracitada Tabela 2, esta localidade possuía uma concentração de cativos pouco acima da média em relação ao resto do Paraná, não em números absolutos, mas em números percentuais. Torna-se, sob a nossa ótica, uma boa região a ser explorada neste projeto porque é um universo pequeno e que pode ser perfeitamente recortado num banco de dados, em seguida devidamente problematizado através do método da história demográfica.

Precisamos salientar que a maior enciclopédia virtual do mundo, a *Wikipédia*, em seu verbete “Palmeira (Paraná)”, aponta para a história de uma cidade formada por russos-alemães, polacos, italianos,

⁸In: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-DN9W-V6?i=13&wc=MHND-X29%3A369753601%2C369753602%2C370224501%3Fcc%3D2177282&cc=2177282>
Consultado em 26/10/2016.

alemães menonitas, russos-brancos, sírios, palestinos, egípcios e japoneses⁹. É como se a comunidade negra africana e crioula fosse literalmente apagada da história, relegada novamente aos porões, desta vez não aos porões dos navios negreiros, mas aos porões do esquecimento. Some-se isso aos dados do IBGE de 2010, onde a população de Palmeira (PR) aparece composta de 23% de pessoas pretas e pardas, conforme indica a tabela abaixo:

TABELA 3 – POPULAÇÃO DE PALMEIRA (PR) SEGUNDO A COR/RAÇA EM 2010

COR/RAÇA	POPULAÇÃO
Branca	24.412
Preta	808
Amarela	105
Parada	6.773
Indígena	25
TOTAL	32.123

FONTE: IBGE – Censo Demográfico – Dados da amostra

NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 14 de maio e 28 de julho de 2014. ¹⁰

Evidentemente é muito difícil encontrarmos no século XXI os remanescentes das senzalas da Palmeira do século XIX, desconhecemos a movimentação da comunidade negra local ao longo de todo o século XX, mas certamente quase $\frac{1}{4}$ da atual população não merece ter como memória histórica local somente a lembrança de um passado europeu, pois o passado africano grita nas fontes do passado tanto quanto nos censos atuais.

Em suma, o recorte que pretendemos neste projeto PIBIC-Jr envolve o contexto do século XIX e as cidades de Palmeira, Palmas e Morretes, três pontos distintos do território paranaense. Esta opção se faz em virtude de apontar, neste projeto, a presença africana e crioula em pontos distintos do Paraná. Presença esta que não é pontual, não é exótica, não é número que foge à regra, pelo contrário, os africanos foram presentes no Paraná do Litoral aos Norte Pioneiro, dos Campos de Palmas aos Campos de Guarapuava. A abordagem sobre o século XIX, portanto, é chave para reescrever uma história que valoriza a memória histórica da comunidade negra paranaense.

Relevância para o IFPR:

O IF's foram criados no ano de 2008, outorgados pela Lei 11892. Na seção II desta lei, em seu artigo 6º, temos os seguintes preceitos que servem como norteadores do nosso trabalho docente:

⁹ In: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Palmeira_\(Paran%C3%A1\)#Imigra.C3.A7.C3.B5es](https://pt.wikipedia.org/wiki/Palmeira_(Paran%C3%A1)#Imigra.C3.A7.C3.B5es); Consultado em 26/10/2016.

¹⁰ In: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84130>; Consultado em 26/10/2016.

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

[...]

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; [...]

Em termos culturais acreditamos que o presente projeto possui relevância, pois está atrelado diretamente a valorização da cultura e da identidade afro-brasileira no espaço do Paraná. Permitir um levantamento de dados tal qual propomos é uma tentativa de resgatar uma memória histórica relegada ao esquecimento, e fortalecer a sociedade e a cultura local, como orienta a lei 11892/08.

Pelo menos desde 2003, quando da criação da lei 10639, que tornou obrigatório o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira, muitas tentativas tem sido feitas para o resgate e a valorização de uma cultura negra no nosso país, tenho visto poucas tratativas neste sentido envolvendo o Paraná. Talvez a publicidade dos trabalhos acadêmicos defendidos nos últimos anos, e que envolvem o estudo da presença afro-brasileira no Paraná, ainda não tenha alcançado o seu devido valor. Talvez a maioria deles ainda esteja longe das verdadeiras demandas do movimento negro paranaense e também distantes da realidade das comunidades remanescentes de quilombolas neste estado. Em outros termos, queremos dizer que as pesquisas históricas precisam valorizar a identidade negra, precisam empoderar as classes excluídas pela sua negritude em nosso estado. É o que queremos, no fim das contas, que este projeto PIBIC-Jr traga respostas que possam ser instrumentalizadas em termos de cultura e de resgate de identidade pela gente negra do Paraná, além de alimentar futuros trabalhos acadêmicos.

Em termos de impacto social, conforme exigência da lei 11892/08, acreditamos que este trabalho tem potencial para dar sentido histórico aos processos de reconhecimento das comunidades quilombolas paranaenses como tem sido feito nos últimos anos. Tratar do caso da cidade de Palmeira (PR), em específico, pode ser de muita serventia às lutas das duas CRQ's (comunidades remanescentes de quilombolas) desta região, a saber, a CRQ do Sutil e a CRQ de Santa Cruz.¹¹ Enquanto muitas comunidades quilombolas buscam o seu reconhecimento oficial através de planos histórico-antropológicos organizados pelo INCRA e através da busca por documentação cartorial que reconheça de alguma forma a posse das suas terras, um trabalho em paralelo pode ser feito através das fontes paroquiais. Algumas comunidades quilombolas necessitam destes registros paroquiais para incluir no laudo histórico/antropológico, mas nem sempre existem especialistas que conhecem a forma como tratar com estas fontes e, principalmente, onde buscá-las. Portanto, o banco de dados que pretendemos levantar pode auxiliar as comunidades quilombolas e facilitar o trabalho do INCRA.

¹¹ GRUPO DE TRABALHO CLOVIS MOURA. Terra e Cidadania. Terras e Territórios Quilombolas (Relatório 2005-2008). Curitiba: ITCG, 2008.

Enfim, mesmo no século XXI nossa sociedade está convivendo constantemente com o fantasma de um passado colonial que diferenciou os cidadãos brasileiros em termos raciais. Essa diferença é nítida quando tratamos dos acessos aos empregos e às universidades, acesso aos melhores salários e aos espaços da mídia, veredas quase sempre mais espinhosas aos negros. Este projeto é apenas uma forma de valorizar a negritude brasileira e, principalmente, a negritude paranaense. Tal qual o IFPR que em seu processo de seleção de servidores e discentes tem colaborado na busca de um tratamento equitativo entre brancos e negros, através do reconhecimento das ações afirmativas como um meio de valorizar grupos historicamente excluídos, esta pesquisa também busca o resgate social e cultural das classes subalternas. No fundo é um trabalho de rastreamento contínuo, que pode ser diariamente alimentado, tratando empiricamente os documentos e materializando os resultados em termos acadêmicos e sociais.

Revisão Bibliográfica/Referencial Teórico:

Em 1899 o intelectual Romário Martins publicou a sua obra mais conhecida, História do Paraná. Foi o primeiro trabalho que analisou o Paraná em termos antropológico e sociológico. Durante muito tempo esta obra foi aceita como linha mestra para as produções congêneres, foi popularizada no meio acadêmico e também nas escolas de ensino básico. Romário Martins foi bastante didático, iniciou sua abordagem através de uma descrição geográfica, evoluindo para a análise etnológica, descrevendo tudo em ordem cronológica. No capítulo VI, intitulado “Fatores Étnicos Fundamentais”, descreveu os africanos como “fetichistas ao extremo”, “artistas detestáveis”, “de pouca capacidade de assimilação da cultura ariana”, e os mulatos – frutos da fusão entre o branco e o negro, segundo o autor – ainda sofriam com a “pouca solidez de estrutura moral” e “pouco equilíbrio de caráter”¹². Finalizou este capítulo da seguinte forma:

“A população negra e mestiça de negro, nunca foi numerosa no Paraná. Em 1780 nas vilas e freguesias de que se compunha a Comarca de Paranaguá atingia a 12.941 os habitantes, sendo apenas de 3.316 os números de escravos daquela origem. O máximo total a que os escravos negro e mulato atingiram entre os paranaenses, foi, em 1872, de 10.560 numa população branca de 116.162 almas. Mais de meio século passado sobre essa verificação censitária, elevou a população paranaense a mais de 1.000.000 de almas pelo aumento natural e pela imigração de europeus, e nela realizou, pelo cruzamento, grande baixa na percentagem de sangue africano, que ao proclamar-se a República já era, aliás, representada no Paraná por um dos três menores coeficientes dos Estados Brasileiros”¹³.

Primeiro vou fazer uma análise dos números apresentados por Romário Martins, depois uma breve observação sobre o seu prisma racialista. O que foi exposto na citação acima acerca da Comarca de

¹² MARTINS, Romário. História do Paraná. 3ª Edição. Curitiba: Editora Guaíra Ltda, 1939. pp. 128-133.

¹³ MARTINS, Romário. História do Paraná. 3ª Edição. Curitiba: Editora Guaíra Ltda, 1939. p. 133.

Paranaguá em 1780 é justamente o que foi exposto na Tabela 2, ou seja, o padrão de concentração de escravos na população do Paraná girava em torno de 20%. Se temos, em 1780, 12.491 habitantes na Comarca de Paranaguá e destes 3.316 são escravos, 26,5% das pessoas desta localidade viviam sob o jugo da escravidão. Os números de 1872, apresentados por Romário Martins, porém, são questionáveis. Segundo este intelectual curitibano havia no Paraná, em 1872, uma população composta de 116.162 pessoas brancas e 10.560 escravos. O quantitativo relacionado ao número de escravos é condizente com os dados do censo, o mesmo não é possível afirmar em relação ao quantitativo de pessoas brancas. Precipitadamente Martins entendeu todas as 116.162 pessoas livres como pessoas brancas. Mas, pelo contrário, entre as pessoas livres havia um grande número de pretos, pardos e caboclos, assim está registrado no censo imperial de 1872:

TABELA 4 - POPULAÇÃO LIVRE DA PROVÍNCIA DO PARANÁ EM 1872

HOMENS		MULHERES	
BRANCOS	35.936	BRANCAS	33.762
PARDOS	15.358	PARDAS	15.278
PRETOS	3.292	PRETAS	3.449
CABOCLOS	4.718	CABOCLAS	4.369
TOTAL	59.304	TOTAL	56.858

FONTE: RECENSEAMENTO DO IMPÉRIO BRASIL DE 1872.
In: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Consultado em 25/01/2016.

Portanto, se pessoas pardas, pretas e caboclas forem entendidas como a população não branca, somente entre os livres estas pessoas compõem 39,9% da população do Paraná. Somando o número de escravos em conjunto com os não-brancos livres, 49,0% da população do Paraná em 1872 é composta de pessoas não-brancas. Assim, a afirmação de Romário Martins sobre “a grande baixa na percentagem do sangue africano” não faz o menor sentido.

Em termos científicos Romário Martins estava altamente influenciado por uma antropologia ainda recente, que via nas populações africanas a representação do atraso e do hibridismo. No início do século XX não foi o único a entender o afrobrasileiro e o mestiço como um empecilho ao progresso da nação, mas grandes intelectuais como Monteiro Lobato e Euclides da Cunha, para citar apenas dois, também foram engolidos por este discurso eugenista.

Como o principal expoente do Movimento Paranista, Romário Martins era um republicano ativo, um entusiasta do Positivismo, bastante engajado no processo de construção de uma identidade regional

para o Paraná, pautada na ordem, no progresso científico e na técnica¹⁴. Sua obra, *História do Paraná*, foi a tentativa fundamental de estabelecer uma identidade europeia ao Paraná. De uma forma proposital, sob a influência de uma ideologia fortemente marcada pelo positivismo, Romário Martins minimizou a presença africana no Paraná. E, infelizmente, esta sua postura influenciou algumas gerações de historiadores, criando o mito do Paraná europeu.

Todavia, na década de 1960, a Escola de Sociologia Paulista traçou um panorama interessante sobre a escravidão no Sul do Brasil. Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso escreveram a obra “*Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*”, em 1960; em 1962 Octávio Ianni publicou uma obra fundamental sobre a escravidão no Paraná, “*As metamorfoses do escravo*”; no mesmo ano Fernando Henrique Cardoso defendeu sua tese de doutorado, tratando da escravidão no Rio Grande do Sul, “*Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*”; e, em 1964, Florestan Fernandes lançou o clássico “*A integração do negro na sociedade de classes*”. Todas estas obras, de maneira geral, trataram da escravidão no Brasil meridional. Mas não foram páreo, no Paraná, para impacto que teve a obra “*História do Paraná*” de Romário Martins. Em termos de circularidade cultural, o paranismo e o mito do Paraná europeu foram muito mais populares que as obras da Escola de Sociologia Paulista¹⁵.

Na década de 1970 os estudos sobre a escravidão no Paraná viviam ainda à sombra dos discursos paranistas. Ainda assim, em 1974, o historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos escreveu uma dissertação típica da história demográfica, “*Preços de escravos na província do Paraná (1861-1887)*”, explorando uma rica documentação cartorial, principalmente os certificados de compra e venda de escravos¹⁶. Dois anos depois, em 1976, concluiu sua tese de doutorado na Universidade de Paris X – Nanterre, “*Economia e Sociedade Escravista no Paraná - 1853-1888*”¹⁷. Na década seguinte, 1980, muitos outros trabalhos de história demográfica enriqueceram os estudos sobre a escravidão no Paraná. Historiadores como Francisco Vidal Luna, Iraci Del Nero da Costa e Horácio Gutierrez se debruçaram com afinco sobre o tema. Portanto, nestas circunstâncias já não havia como negar a amplitude do regime escravocrata no Paraná¹⁸.

¹⁴ LOPES PEREIRA, L. F. *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1996. pp. 63-95.

¹⁵ Cito os trabalhos: 1) CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. 2) IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962. 3) FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

¹⁶ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Preço de escravos na província do Paraná*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1974.

¹⁷ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Economia e sociedade escravista no Paraná (1853-1888)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de Paris X – Nanterre. Paris: 1976.

¹⁸ Cito os trabalhos: 1) GUTIÉRREZ, Horácio. *Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830*. In *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 17, n.3, 1987. 2) GUTIÉRREZ, Horácio. *Crioulos e Africanos no Paraná*. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, mar.-ago. 1988. 3) LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão em*

Mas foi após o Centenário da Abolição (1988), quando houve uma enxurrada de trabalhos relacionados à escravidão e a cultura afro-brasileira, que as pesquisas da história da escravidão no Paraná escaparam do cunho demográfico. Agora, influenciados por trabalhos clássicos dos historiadores João José Reis, Eduardo Silva e Kátia Mattoso, a história foi redesenhada valorizando as perspectivas da resistência e da negociação¹⁹. Alinhado com esta nova perspectiva, Eduardo Spiller Pena construiu uma dissertação que mostrou o quanto a comunidade afrodescendente do Paraná foi capaz de desenhar o próprio destino dentro das possibilidades da negociação e da ordem escravista. Seu trabalho, defendido em 1990, tem grande representatividade nesta nova era de pesquisas que valoriza as estratégias de liberdade construídas pela comunidade cativa²⁰.

Desde o início dos anos 2000 o historiador Carlos Alberto Medeiro Lima tem se mostrado um grande pesquisador da escravidão no Paraná, pesquisou temas como alforrias, estratégias escravas, concentração e posse de escravos, tráfico de escravos e irmandades negras. Tratou da escravidão em vários espaços distintos do Paraná: na capital da província, Curitiba; no litoral, Guaratuba; nos Campos Gerais e nos Campos de Palmas. Hoje, sem dúvida, é o maior especialista em história da escravidão no Paraná, tem abordado as fontes quantitativas tanto quanto os historiadores das décadas de 1970 e 1980, resultando num trabalho na linha da história social²¹.

A pesquisa PIBIC-Jr que estamos nos propondo a desenvolver, temos certeza, é também de grande valor para os historiadores preocupados com o regime escravista no Paraná. Portanto, nossa parcela de colaboração será feita através do desenvolvimento do nosso banco de dados e de nossas publicações de resultados parciais da pesquisa. Publicações estas que nos comprometemos em realizar através de congressos, simpósios e demais encontros de interesse da área da história e da comunidade negra paranaense.

São Paulo e Minas Gerais. Autores: Francisco Vidal Luna, Iraci del Nero da Costa, Hebert S. Klein; colaboradores: Horácio Gutiérrez, Nelson N. Nozoe, Robert W. Slenes, Stuart B. Schwartz, Wilson Cano. São Paulo: EDUSP, 2009.

¹⁹ Cito os trabalhos: 1) REIS, J. J.; SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 2) REIS, João José. A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. Companhia das Letras. São Paulo: 1991. 3) MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1988.

²⁰ PENA, Eduardo Spiller. O Jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

²¹ Cito os trabalhos: 1) LIMA, Carlos A. M. Sertanejos e Pessoas Republicanas Livres de Cor em Castro e Guaratuba (1801-1835). In Revista Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 2, 2002. 2) LIMA, Carlos A. M. & MOURA, Ana Maria da Silva. Devoção & Incorporação. Igreja, escravos e índios na América Portuguesa. Curitiba: Editora Peregrina, 2002. 3) LIMA, Carlos A. M. & MELLO, K. A. V. A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). Afro-Asia (UFBA), Salvador, v. 31, p. 127-162, 2004. 4) LIMA, Carlos A. M. Índios de Palmas expostos em Campo Largo: preação, resgate e os ecos da lógica do tráfico de escravos (Paraná, décadas de 1830 e 1840). Colóquios (Palmas), v. 1, p. 12-29, 2007. 5) LIMA, Carlos A. M. Invernos cruentos: nota sobre a morbidade entre escravos e administrados a partir de movimentos sazonais e crises de mortalidade (Curitiba, 1732-1801). Revista de História Regional, v. 20, p. 98-129, 2015. 6) LIMA, Carlos A. M. Associativismo escravo e irmandades no Brasil. Limites e possibilidades do protagonismo cativo (séculos XVIII e XIX). Saarbrücken, Alemanha: Editora NEA, 2016.

4.4. Objetivos a serem alcançados:

Objetivo geral:

- a) Popularizar, entre alunos, professores e técnicos, comunidade em geral, as leituras e as fontes que apontam para a presença africana e crioula no Paraná ao longo de todo o século XIX;
- b) Justificar a importância desta presença no processo de formação da sociedade paranaense;
- c) Criar um grande banco de dados que possa auxiliar em futuros trabalhos acadêmicos e também as comunidades remanescentes de quilombolas em seu laudo histórico/antropológico.

Objetivos específicos:

- a) Compreender o método de escrita dos Annales e da Nova Esquerda Inglesa, ênfase no método da história demográfica;
- b) Instrumentalizar com eficiência as fontes primárias;
- c) Aprender a operar os programas Word, Excel, Power Point e Photoshop;
- d) Exercitar a produção de comunicações;
- e) Criar uma atmosfera de respeito e de reconhecimento para com a comunidade africana e afro-brasileira;

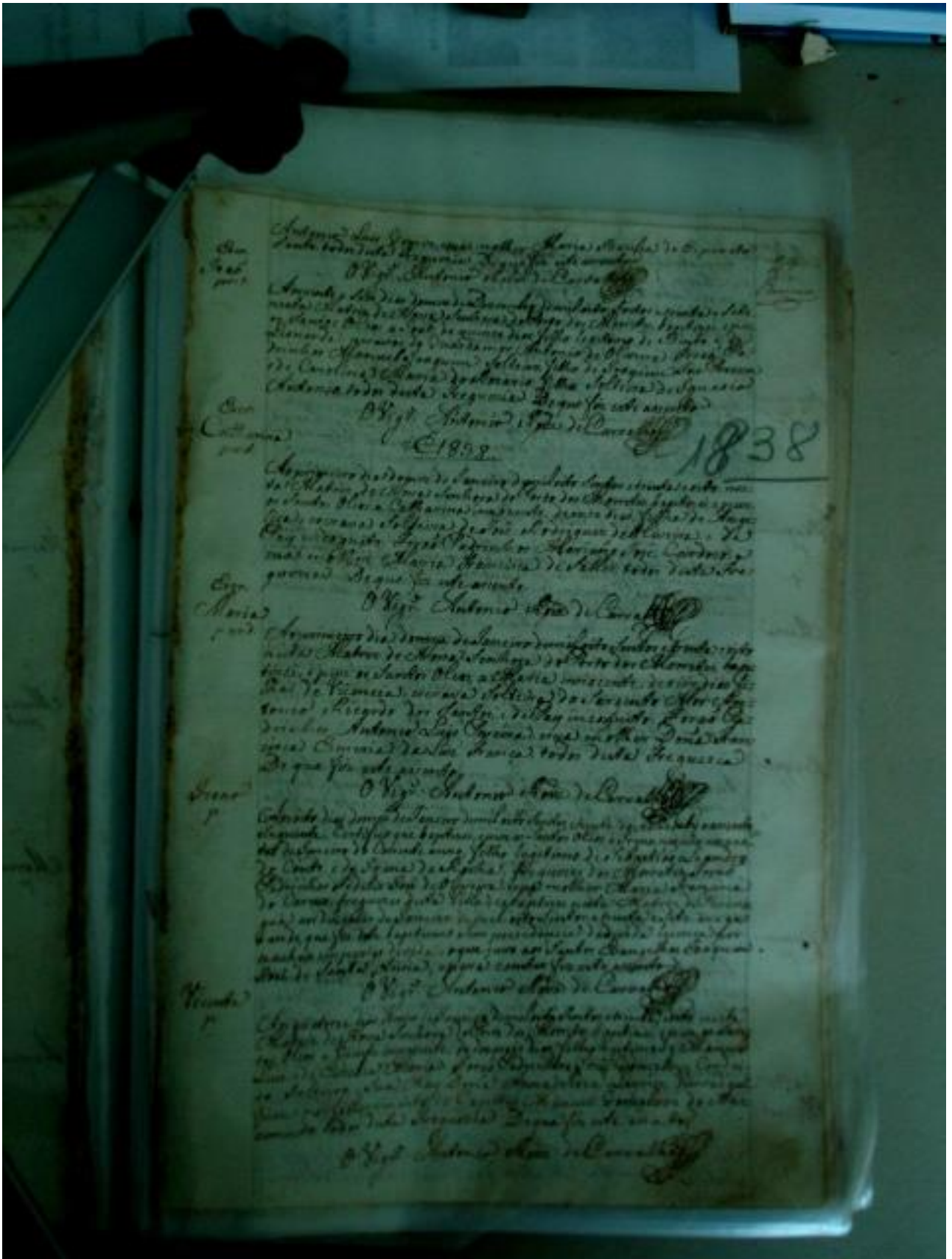
4.5. Resultados esperados:

Esperamos ao longo de doze meses de trabalho inserir num banco de dados da planilha Excel todos os batismos, casamentos e óbitos da região de Palmeira entre 1819 e 1900. Com estes dados vamos fazer estudos comparativos com as regiões de Palmas e Morretes, principalmente com esta última, pois já temos um banco de dados incluindo batismo e óbitos desta paróquia entre 1812 e 1872.

Em paralelo à construção e ampliação do nosso banco de dados, pretendemos fazer pelo menos duas publicações e duas comunicações em eventos reconhecidos no âmbito acadêmico. Evidentemente estas situações devem envolver o trabalho do professor coordenador em conjunto com o discente bolsista, ou seja, publicações e comunicações feitas em parceria professor/aluno.

4.6. Material e Método:

Necessitamos basicamente de dois computadores, e antecipamos que já temos estes equipamentos à nossa disposição no Campus, vão servir para analisar as fontes já devidamente fotografadas e posteriormente para inserir as informações no banco de dados da Planilha Excel. Portanto, o primeiro passo é a leitura e transcrição das fontes primárias. Abaixo reproduzimos na íntegra uma fotografia feita sobre um livro de batismos da Paróquia de Morretes do ano de 1838:



FOTOGRAFIA FEITA NO ARQUIVO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORTES. LIVRO DE BATISMOS Nº 3, FOLHA 29. 1838.

Trata-se de uma folha com cinco registros de batismo, um do ano de 1837 e os quatro primeiros registros do ano de 1838. As informações neste tipo de fonte são basicamente as mesmas: data, nome do batizando, idade, local de nascimento, nome dos pais, condição (se escravo, forro ou livre), nome do proprietário quando escravo, nome dos padrinhos e assinatura do padre responsável pelo registro. Algumas informações extras podem aparecer, mas basicamente são estas supracitadas. Com uma tela de computador aberta com a foto acima podemos fazer a transcrição do documento, inclusive escurecendo/clareando ou aumentando/diminuindo a imagem, enfim o que for melhor para visualizá-la.

Numa outra tela podemos ter a planilha de nosso banco de dados em aberto, com 32 colunas de registros esperando pelo preenchimento: nº do registro; nº do livro; folha; dia; mês; ano; nome; idade; cor; condição (escravo, forro ou livre); nome do senhor (quando escravo); nome da mãe; estado civil da mãe; cor da mãe; condição da mãe (escrava, forra ou livre); nome do senhor da mãe (quando escrava); nome do pai; estado civil do pai; cor do pai; condição do pai (escravo, forro ou livre); nome do senhor do pai (quando escravo); nome padrinho; estado civil do padrinho; cor do padrinho; condição do padrinho (escravo forro ou livre); nome do senhor do padrinho (quando escravo); nome da madrinha; estado civil da madrinha; cor da madrinha; condição da madrinha (escrava, forra ou livre); nome do senhor da madrinha (quando escrava); observações. Vejamos um recorte de parte desta planilha:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	AB	AC	AD	AE	OB
1	Nº	LIV	FOL	DIA	MÊS	ANO	NOME	IDADE	COR/BATIZA	CONDIÇÃO	EST	COR/MAD	CONDMA	SENHOR/MADRINHA	
2	161	1	15	2	11	1812	BARBARA	0,08		ESCRAVO					
3	162	1	15	25	1	1813	ANTONIO	0,012	PRETO	ESCRAVO	S				
4	163	1	15	7	2	1813	VIVENCIA	0,010	PRETO	ESCRAVO	S		ESCRAVO	ANA GONÇALVES CORDEIRA (DONA)	
5	164	1	15	19	3	1813	BENETIDO		PRETO	ESCRAVO	V				A M
6	165	1	15	4	4	1813	ANGELA	0,08	PRETO	ESCRAVO	S		ESCRAVO	ANA GONÇALVES CORDEIRA (DONA)	
7	166	1	15	10	4	1813	BENTO	0,08	PRETO	ESCRAVO	S		LIBERTO		
8	167	1	15	18	4	1813	ANA	0,08	PRETO	ESCRAVO			ESCRAVO	JOSE DE LOIOLA E SILVA	
9	168	1	15	3	6	1813	JOAQUIM	0,08		ESCRAVO					
10	169	1	15	29	6	1813	RITA	0,5		ESCRAVO	C				O F
11	170	1	15	8	9	1813	ANTONIO	0,09		ESCRAVO					

Este recorte de um banco de dados da Planilha Excel pode dar uma ligeira ideia de como a informática vai auxiliar na produção de números e na seleção de casos para serem analisados nos moldes da história demográfica. Embora sejam 32 colunas, este preenchimento é realizado de forma rápida, pois nem todas as colunas vão ser preenchidas, somente quando necessárias. E todas as informações que escampem à normalidade serão arroladas na última coluna, observações.

Neste modelo de planilha, acima reproduzido, inserimos somente as informações extraídas dos livros de batismos. Quando forem informações extraídas de livros de matrimônios e de óbitos precisam ser tratadas em planilhas diferentes. Mas no geral todas elas facilitam tanto a busca precisa de pessoas específicas, quanto informações de cunho demográfico que envolve a análise de uma população. Quando os historiadores desenvolveram este método, na década de 1960, todo esse trabalho era inserido em fichários escritos. Todavia, com o advento e popularização dos computadores, principalmente a partir da década de 1990, o tempo de levantamento de dados para um história demográfica diminuiu sensivelmente.

As fotografias dos arquivos paroquiais da cidade de Palmas (PR) estão todas à disposição no site Family Search; as fotografias dos arquivos paroquiais da cidade de Morretes (PR) já estão sob os nossos cuidados, como se vê na fotografia que inserimos acima; planejamos fazer as fotografias do Arquivo da Cúria da cidade de Palmas (PR) e, neste sentido, temos a máquina fotográfica do nosso Campus à disposição. O trabalho completo, portanto, envolve primeiro o trabalho de campo junto aos arquivos paroquiais; depois a análise e transcrição dos dados em planilha Excel; finalmente, com o banco de dados em mãos, produzimos respostas das mais diferentes formas e para os mais diferentes temas que envolvem uma história demográfica, tais como índice de natalidade, índice de morbidade, índice de concentração de escravos, cor de uma população, condição jurídica de uma população, esquemas de compadrio, esquemas de matrimônios, trajetórias de famílias, construção de árvores genealógicas, etc. Como se vê, este método existe para facilitar o acesso aos dados quantitativos, mas estes devem ser prioritariamente instrumentalizados em termos qualitativos.

4.7. Recursos materiais e financeiros disponíveis: - Dois computadores;

- Uma máquina fotográfica;
- Um tripé para máquina fotográfica;
- Laboratório de Informática;
- Carro para locomoção quando realizar atividade de campo;
- Recursos financeiros para participação em congressos (diárias e transporte).

OBS: Todos estes recursos materiais já temos em nosso Campus. Evidente que os custos com diárias e transportes exigem um planejamento antecipado e uma comunicação previa com o setor administrativo/financeiro do Campus.

4.8. Cronograma:

Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Estudo bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aulas de Excel Básico	X	X	X	X								
Trabalho sobre o banco de dados			X	X	X	X	X	X				
Atividade de campo em arquivos paroquiais				X	X	X						
Elaboração de textos e comunicações para eventos acadêmicos						X	X	X	X	X	X	X

4.9. Carga Horária Necessária ao Projeto:

Coordenador: 16 horas de trabalho semanais;

Colaborador: 2 horas de trabalho semanais;

Aluno bolsista: 12 horas de trabalho semanais.

4.10. Bibliografia:

CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e Africanos no Paraná. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, mar.-ago. 1988.

GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. In **Estudos Econômicos.** Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 17, n.3, 1987.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

LIMA, Carlos A. M. & MELLO, K. A. V. A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). **Revista Afro-Asia** (UFBA), Salvador, v. 31, p. 127-162, 2004.

LIMA, Carlos A. M. & MOURA, Ana Maria da Silva. **Devoção & Incorporação. Igreja, escravos e índios na América Portuguesa.** Curitiba: Editora Peregrina, 2002.

LIMA, Carlos A. M. **Associativismo escravo e irmandades no Brasil. Limites e possibilidades do protagonismo cativo (séculos XVIII e XIX).** Saarbrücken, Alemanha: Editora NEA, 2016.

- LIMA, Carlos A. M. Índios de Palmas expostos em Campo Largo: preação, resgate e os ecos da lógica do tráfico de escravos (Paraná, décadas de 1830 e 1840). **Colóquios (Palmas)**, v. 1, p. 12-29, 2007.
- LIMA, Carlos A. M. Invernos cruentos: nota sobre a morbidade entre escravos e administrados a partir de movimentos sazonais e crises de mortalidade (Curitiba, 1732-1801). **Revista de História Regional**, v. 20, p. 98-129, 2015.
- LIMA, Carlos A. M. Sertanejos e Pessoas Republicanas Livres de Cor em Castro e Guaratuba (1801-1835). In **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 2, 2002.
- LOPES PEREIRA, L. F. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1996. pp. 63-95.
- LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. Autores: Francisco Vidal Luna, Iraci del Nero da Costa, Hebert S. Klein; colaboradores: Horácio Gutiérrez, Nelson N. Nozoe, Robert W. Slenes, Stuart B. Schwartz, Wilson Cano. São Paulo: EDUSP, 2009.
- MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. **Topoi**, v. 9, n. 17, jul.-dez. 2008.
- MACHADO, Cacilda. Sobre a cor dos escravos e dos pobres livres da Freguesia de São José dos Pinhais (do século XVIII para o XIX). **Anpuh RJ: Anais do XII Encontro Regional de História**. Rio de Janeiro: 2006. In: <http://www.rj.anpuh.org/>. Consultado em 20/01/2016.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3ª Edição. Curitiba: Editora Guaíra Ltda, 1939. pp. 128-133.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1988.
- MOURA, Clovis (Grupo de Trabalho). **Terra e Cidadania. Terras e Territórios Quilombolas** (Relatório 2005-2008). Curitiba: ITCG, 2008.
- NADALIN, Sergio Odilon. **História e Demografia. Elementos para um diálogo**. Campinas: ABEP, 2004.
- PENA, Eduardo Spiller. **O Jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- REIS, J. J.; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, João José. **A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. Companhia das Letras. São Paulo: 1991.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Economia e sociedade escravista no Paraná (1853-1888)**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de Paris X – Nanterre. Paris: 1976.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Preço de escravos na província do Paraná**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1974.

WEBER, S. A. **Além do cativeiro: a congregação de escravos e senhores na Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes (século XIX)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2009.

PLANO DE TRABALHO DO ESTUDANTE

1. Título do Projeto de Pesquisa:

AFRICANOS E CRIoulos NO PARANÁ OITOCENTISTA.

Uma análise sobre as sociedades escravistas de Palmas, Palmeira e Morretes

1.1. Nome do Coordenador do Projeto:

SILVIO ADRIANO WEBER

2. ATIVIDADES DO ESTUDANTE

2.1. Como este projeto poderá contribuir para o desenvolvimento científico do estudante?

A lei de criação dos IF's, a Lei 11892/08, em seu artigo 6º e item V, coloca como fim desta instituição “constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica”. Este projeto PIBIC-Jr preza justamente pela investigação empírica, e também pelo método científico de se produzir história. Portanto, o estudante envolvido terá a oportunidade de lidar diretamente com as fontes e se tornar crítico em relação as mesmas. Será oportunizado o conhecimento aprofundado da historiografia da escravidão e, em decorrência disto poderá apreender como o passado escravista ainda está presentes nas mazelas raciais da nossa sociedade.

2.2. De que forma o estudante será inserido no projeto de pesquisa?

Nos dois primeiros meses pretendemos apenas trabalhar com questões da bibliografia que vamos manipular ao longo do projeto, concomitantemente as aulas de Excel para dar suporte à criação do banco de dados. As leituras e discussões de textos devem nortear toda a visão panorâmica necessária para compreender o real sentido deste projeto. Portanto, os primeiros encontros são basicamente aulas sobre teoria da história, sobre o sistema escravista no Brasil e sobre história do Paraná. Há textos básicos para todos estes tópicos e que podem ser de fácil assimilação por parte de um estudante de ensino médio. Evidentemente gostaríamos de ver a reação discente frente a textos mais complexos, mas isso será feito de forma gradativa e muito cuidadosa, não podemos perder a noção de que estamos tratando com o ensino médio.

2.3. Qual será a participação do estudante para alcançar os objetivos descritos na proposta?

a) O discente deve priorizar leituras específicas que serão indicadas, e deve ter o compromisso de estar presente semanalmente no contraturno para discutir as mesmas.

b) O discente deve se compromissar em aprender a manipular a planilha do Microsoft Excel, por isso temos como vice-coordenador o professor de Informática do nosso Campus, responsável pelas aulas de Excel e demais orientações cabíveis nesta relação entre a história e a informática.

d) Deverá confeccionar textos com as problematizações que vão aparecer ao longo do projeto. Neste sentido, os textos serão também confeccionados em parceria com o coordenador.

e) Deverá apresentar comunicações sobre os resultados parciais do projeto, preferencialmente em encontros da área da história e nos SEPEI e SEPIN.

2.4. De que forma será encaminhada, junto ao estudante, a elaboração dos relatórios finais e parciais?

Mensalmente o estudante deverá apresentar um documento justificando todas as suas produções, preferencialmente com a comprovação destas em anexo. Ao fim do projeto será responsável em escrever o relatório final em conjunto com o coordenador, apontando os resultados, as dificuldades, as lacunas de demais pontos relacionados ao projeto.

2.5. Como será a participação do estudante em eventos científicos?

O discente será convidado para participar de todos os encontros onde sejam publicados os resultados desta pesquisa. Evidentemente isto depende da verba de cada Campus e da autorização dos pais, mesmo assim os textos e comunicações derivados deste projeto devem ser sempre escritos numa parceria coordenador/alunos bolsista. Esta parceria deve discutir o tipo de texto e o objetivo dos mesmos. E, quando da apresentação de pôsteres em SEPEI e SEPIN, da mesma forma, parceria entre os envolvidos no projeto. Não pretendemos, de forma alguma, deixar tudo sob a responsabilidade discente, mesmo assim temos a expectativa de tornar o aluno bolsista o mais independente possível em termos de escrita e raciocínio historiográfico.

2.6. Carga horária semanal para execução do plano de trabalho:

12 HORAS SEMANAIS, CONFORME ORIENTAÇÃO DO EDITAL PIBIC-Jr.

2.7. Cronograma de execução de atividades do estudante:

Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Estudo bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aulas de Excel Básico	X	X	X	X								
Trabalho sobre o banco de dados			X	X	X	X	X	X				
Atividade de campo em arquivos paroquiais				X	X	X						
Elaboração de textos e comunicações para eventos acadêmicos						X	X	X	X	X	X	X

Local e data: Coronel Vivida, 31 de outubro de 2016.